

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000902-28.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Direito de Vizinhança**
 Requerente: **Teresa Sanches Batistela e outros**
 Requerido: **Odete Bueno de Oliveira Jamnersi e outro**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

TERESA SANCHES BATISTELA, HELENA ALTEIA GOUVEA, JOSE BIANCOLINO, MARIO JOSE MOTTA e MARIA HELENA PICCA PREDIN ajuizou Ação **ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** com **PEDIDO** de **TUTELA ANTECIPADA** em face de **ODETE BUENO DE OLIEIRA JAMNERSI e ADAIL APARECIDA JAMBERSI**, todos devidamente qualificados.

Os autores alegam que são vizinhos das requeridas as quais residem no imóvel de nº 671 na Rua Francisco de Oliveira Penteado nesta cidade de São Carlos/SP. Há cerca de cinco anos o imóvel das rés serve de depósito de lixo e consequentemente vários moradores foram diagnosticados com dengue. Asseguram que já recorreram ao diálogo e até pediram uma reportagem, mas todas as tentativas restaram infrutíferas. Requereram a procedência da demanda determinando a limpeza do imóvel, sob pena de multa. A inicial veio instruída por documentos às fls. 17/36.

Às fls. 37/39 foi deferida a antecipação de tutela.

Às fls. 46 o MP declarou ciência da decisão.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada a requerida Adail Aparecida Jambersi peticionou alegando reconhecer a pertinência do pleito dos requerentes e justificou, não ter cumprido o prazo para a limpeza do imóvel devido à grande quantidade de entulhos para remoção.

Devidamente citada a corré ODETE apresentou contestação alegando preliminarmente ser parte ilegítima pois nunca teve a posse verdadeira do imóvel; alegou que a primeira requerida vive no local com o filho, e assim, é a única responsável pelo acúmulo de entulho verificado.

Sobreveio réplica às fls. 88/89.

Às fls. 94/95 o MP manifestou-se pelo afastamento da preliminar arguida pela correquerida Adail e pediu a inclusão de Renato Donizeti Zambersi, filho da corré Odete, no pólo passivo por ser a pessoa responsável pela situação verificada no imóvel.

Respostas ao ofício expedido a fls. 37/39 carreadas às fls. 99/126.

Pelo despacho de fls. 171 Renato Donizeti Jambersi foi incluído no polo passivo.

Devidamente citado, apresentou contestação às fls. 181/184 alegando preliminar de impossibilidade jurídica do pedido em razão da perda do objeto. Sustentou que o imóvel já se encontra limpo e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 195/196.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O Ministério Público se manifestou a fls. 207/208.

Pela decisão de fls. 209 foi determinada constatação, por oficial de justiça, para aferição das condições atuais do imóvel (dentro e fora).

A diligência foi efetivada a fls. 221, dando conta de que o imóvel ainda tem material depositado/entulhado.

Em seu parecer de fls. 235 o MP requereu a intimação dos requeridos para que cumpram a medida provisória deliberada a fls. 37/39, em prazo de 48 horas, sob pena de incidência de multa.

Em manifestação de fls. 240/242 a corré Odete alegou ter efetivado as providências necessárias, às suas próprias expensas, retirando todo o material entulhado do imóvel.

Nova constatação foi determinada e efetivada a fls. 270.

Novamente o Promotor solicitou a intimação dos postulados, tendo em vista a presença de material depositado no imóvel.

Na sequência, conforme certidão de fls. 365, o imóvel dos requeridos foi limpo, inclusive com a ajuda da Prefeitura Municipal.

Em manifestação de fls. 374 o MP deu-se por ciente da limpeza do imóvel e solicitou a intimação dos autores para dar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prosseguimento a demanda, sob pena de extinção.

Os autores devidamente intimados, deixaram de se manifestar nos autos (fls. 382/383).

As fls. 390 o MP pediu a extinção do feito, tendo em vista a inércia dos autores.

É o relatório.

DECIDO.

A preliminar lançada a fls. 68/70 não prospera, pois todos os proprietários do bem são corresponsáveis pelo seu mau uso. No caso temos ainda que o pólo passivo foi integrado por “acumuladores” - os responsáveis diretos do ilícito proceder - confessos.

Os autores ingressaram em juízo objetivando a limpeza do imóvel vizinho; segundo a inicial, ali foi instalado um típico depósito de lixo e entulhos que acaba prejudicando a saúde daqueles que moram na redondeza.

A situação interessa ao direito de vizinhança e também a saúde pública, meio ambiente e urbanismo.

Como donas, as requeridas são responsáveis pelo bom uso do bem. Ademais, a inclusão (no pólo passivo) do filho da correquerida Adail, de nome Renato Donizeti Zambersi, se deu por se tratar de um “acumulador” confesso.

...

Ocorre que no curso da demanda e contando com a ajuda da Prefeitura Municipal os postulados concluíram a limpeza, e assim,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a ação perdeu o objeto (confira-se certidão de fls. 365).

O Promotor de Justiça atuante no feito, foi cientificado sobre tal circunstância e se limitou a pedir a intimação dos requerentes a dar prosseguimento na demanda.

Intimados através do DJE, na pessoa do(a)(s) patrono(a)(s), os autores silenciaram.

Nessa linha de pensamento o silencio dos autores indica que estão concordes com a limpeza efetuada no imóvel, e nada mais tem a reclamar.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, torno definitiva a antecipação da tutela, salientando que a obrigação imposta por meio dela já foi cumprida, e conforme informe de fls. 170 o imóvel encontra-se desocupado de coisas e pessoas. Pela perda do objeto subsequente ao ajuizamento nada mais resta a deliberar.

Sucumbentes, arcarão os requeridos com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo, em 20% do valor dado à causa. No tocante a execução deverá ser observado o artigo 98, parágrafo 3º do CPC, uma vez que os requeridos são beneficiários da Justiça Gratuita.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de abril de 2018.

1000902-28.2016.8.26.0566 - lauda 5



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**